

Um diálogo interdisciplinar entre Antropologia e História

uma entrevista com Luiz Mott

Luiz Roberto de Barros Mott é doutor em Antropologia pela Universidade Estadual de Campinas e professor titular aposentado da Universidade Federal da Bahia. Tem experiência em pesquisas nas áreas de Antropologia e História ligada aos temas inquisição, homossexualidade, homofobia e direitos humanos. Atua como membro do corpo editorial da *Revista Brasileira de História*, *Vária História* e *Bagoas: Revista de Estudos Gays*. Entre suas publicações estão os títulos *Rosa Egípcia: uma santa africana no Brasil* (Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1993), *Homossexuais na Bahia: dicionário biográfico. Séculos XVI-XIX* (Salvador, Grupo Gay da Bahia, 1999) e *Bahia: Inquisição e sociedade* (Salvador, Edufba, 2010).

Entrevista concedida por correio eletrônico e pessoalmente a Rebeca Sobral Freire em julho de 2012, a partir de roteiro elaborado por Carlos Silva Jr. e Moreno Pacheco.

A sua trajetória acadêmica provavelmente está entre as que mais atravessam as fronteiras disciplinares das Ciências Humanas. Antropólogo de formação, você é reputado como um dos maiores especialistas brasileiros no campo da História, especialmente no que diz respeito aos estudos inquisitoriais e das sexualidades. Como se deu esse trânsito entre disciplinas, na prática?

Após sete anos no Seminário dos Dominicanos em Juiz de Fora, Belo Horizonte e São Paulo, aos 17 anos, redirecionei minha vida, quando escolhi as Ciências Sociais como uma espécie de continuidade aos meus impulsos humanistas, como uma espécie de sacerdócio, usando não mais a religião e a vida eterna como motivação, mas a melhoria de vida dos mais explorados. Achei que a antropologia se adequava melhor a esta minha vocação de servir a uma nobre causa. Fiz pesquisas para mestrado e doutorado no Nordeste sobre as feiras rurais e foi exatamente buscando respostas sobre as origens das feiras e mercados em Sergipe que comecei a pesquisar nos arquivos, descobrindo então minha maior identidade e gosto pela pesquisa história do que sobre a atualidade. Primeiro me fascinei pela demografia histórica na medida em que permitiu-me rever e corrigir algumas graves distorções de nossa história econômica e social: comprovei, por exemplo, que nossos grandes luminares, como Simonsen, Capistrano, Caio Prado, Celso Furtado entre outros, estavam errados ao repetir que a pecuária sertaneja colonial baseou-se no trabalho indígena semilivre. Comprovei o contrário, com sólidos dados estatísticos do Piauí colonial, que os escravos negros predominaram também nos currais e fazendas de gado. Da “etnodemografia histórica”, ramo científico que inventei, passei para a etnohistória da sexualidade, buscando as raízes da (sub)cultura gay luso-brasileira, as causas e manifestações da homofobia no Brasil antigo. Sempre digo que faço antropologia do passado, aproveitando de minha formação antropológica para selecionar temas e ensinamentos etnológicos e etnográficos para resgatar a história, sobretudo, das minorias: mulheres, negros, índios e homossexuais.

De seus primeiros contatos com a Inquisição portuguesa, transparece um desejo de buscar os comportamentos considerados desviantes, de compreender seu enquadramento e sua repressão. Nos últimos anos, testemunhamos um deslocamento gradual do foco das pesquisas de outros historiadores em direção ao funcionamento da máquina inquisitorial e dos seus principais agentes. Como você explicaria essa mudança e em que medida os novos estudos estão redimensionando o que se sabe sobre a atuação institucional do Santo Ofício?

Os documentos conservados na Torre do Tombo são manancial inesgotável, a espera de mais e mais pesquisadores que, encontrarão interessantíssimos temas e personagens inéditos a serem resgatados. Atualmente a pesquisa esta muitíssimo mais facilitada já que grande parte dos manuscritos encontram-se disponíveis *online*. Imagino que nem um quarto da documentação inquisitorial foi trabalhada: mais de sessenta mil processos, sem falar nos fantásticos livros ou cadernos do Promotor, do Nefando, dos Solicitantes etc. Considero que há áreas prioritárias de pesquisa, como por exemplo, resgatar a presença inquisitorial em todas as capitanias do Brasil: um primeiro passo eu já dei ao divulgar o caminho das pedras da documentação inquisitorial sobre muitas capitanias, do Pará ao Paraná. Outra linha prioritária seria resgatar quantitativa e qualitativamente a perseguição inquisitorial a partir dos crimes específicos. Algumas áreas já contam com excelentes levantamentos, como judaísmo, solicitação, sodomia, mas faltam muitos outros temas a serem aprofundados. A parte institucional vem merecendo mais atenção dos pesquisadores brasileiros nos últimos anos, como os estudos sobre os familiares e comissários do Santo Ofício, embora sem cobrir todo o território colonial. Como temos ainda tantas lacunas a serem resgatadas, meu conselho é que deixemos aos portugueses investigar os macrotemas da máquina inquisitorial, debruçando-nos mais na problemática específica do território colonial.

Desde cedo, você demonstrou interesse por práticas religiosas de matriz africana. O que o levou a estudar especificamente os africanos processados pela Inquisição, numa época em que a maioria dos historiadores se detinha sobre a religiosidade de matriz europeia? E que tipo de relações é possível traçar entre o seu trabalho e as preocupações dominantes na época?

Fui para os arquivos pra descobrir a história das feiras e mercados do Brasil antigo. Felizmente encontrei com o historiador Stuart Schwartz logo na

primeira semana em Portugal que me aconselhou ampliar o leque, escolhendo mais uns três ou quatro temas, pois se não achasse documentos sobre feiras, com certeza encontraria material para outros interesses. E foi o próprio material encontrado e minha formação antropológica que me levaram a estudar negros, índios, mulheres, além de homossexuais, já que tais documentos permitiam uma análise etnográfica do cotidiano destas minorias, até então pouco estudadas pelos historiadores mais tradicionais. E como ex-dominicano tinha boa bagagem de conhecimento sobre religião, fascinei-me com as religiosidades heterodoxas dos negros, índios e mesmo dos luso-brasileiros católicos nem sempre obedientes ao ensinamento da Santa Madre Igreja. Em meu artigo *Da capela ao calundu* e em outros, analiso a enorme heterogeneidade do catolicismo na Terra de Santa Cruz, mas foi sobretudo na minha obra magna, *Rosa Egípcíaca: uma santa africana no Brasil*, com mais de 700 páginas, onde reconstruo com detalhes, as nuances e a importância do sincretismo religioso no Brasil antigo, demonstrando a existência de espaços múltiplos, inclusive dentro da própria estrutura tradicional católica, para africanos e crioulos canalizarem suas emoções e interesses místicos. Tive a felicidade de descobrir documentação inédita fundamental para o resgate da história religiosa dos negros no Novo Mundo, por exemplo, a descrição mais detalhada que se conhece de um protocandomblé setecentista, chamado então de Acotundá, na vila de Paracatu, assim como um fantástico ritual angola em Sabará, ambos nas Minas, este último reproduzindo cerimônias muito semelhantes ao dos feiticeiros angolanos descritos pelos missionários capuchinhos do século XVII. Mostrei igualmente como misticismo e erotismo se abraçavam na prática religiosa seja de curandeiros, alguns abertamente homopraticantes, ou de feiticeiras reunidas num sabá orgiástico e diabólico no sertão do Piauí. Curioso não ter encontrado na documentação inquisitorial (1536-1821) sequer uma vez o termo candomblé em milhares de documentos pesquisados: Calundu era o termo dominante e plurissignificativo de norte a sul da colônia.

A Bahia teve uma importância singular nos estudos sobre a Inquisição no Brasil — graças, em boa medida, aos seus trabalhos — mas nas últimas duas décadas um significativo número de dissertações, teses e livros sobre o tema enfocam outros espaços geográficos, especialmente Rio de Janeiro e São Paulo. Ainda há espaço para pesquisas sobre a Inquisição na Bahia?

Eu não concordaria totalmente com essa ideia de que os principais pioneiros nesses estudos tenham se dedicado à Bahia e muito menos devido ao meu trabalho. Como disse anteriormente, eu escrevi trabalhos sobre a inquisição do Pará ao Paraná, passando por quase todas as capitânicas e a que eu menos escrevi foi sobre a Bahia. Como já existiam alguns estudos pioneiros, como da Professora Anita Novinsky sobre os cristãos-novos, o do Professor Ronaldo Vainfas sobre a Santidade de Jaguaripe, e outros mais, eu me dediquei, sobretudo a Sergipe, ao Piauí e às demais capitânicas. Antigamente era preciso ir à Portugal pra entrar no arquivo, nos anos de 1980 e 1990 era tudo uma grande burocracia, dificuldade de acesso aos documentos. Agora com um toque no *mouse* você entra diretamente nos processos, nos famosos e volumosos cadernos, de modo que facilitou enormemente a pesquisa, que eu diria ser uma fonte inexplorada e inexaurível que não termina nunca. Os processos são riquíssimos em detalhes, os inquisidores eram minuciosíssimos em registrar os depoimentos, embora filtrados pelo discurso do escriba, mas há bilhetes que são incluídos nos processos, há cartas-denúncias, há confissões manuscritas, com todas as peculiaridades ortográficas e estilísticas de pessoas muitas vezes pouco letradas, de modo que se trata de um material que eu estimo enormemente a novos pesquisadores que se debruçam sobre essa documentação: saliento, por exemplo, as habilitações do Santo Ofício de baianos ou residentes na Bahia que desejavam servir a inquisição ou como familiares, comissários, notários ou qualificadores. Há milhares desses processos que descrevem a vida econômica, genealógica, social dessas pessoas, em grande parte da elite eclesiástica ou comerciantes e latifundiários abastados, permitindo, sobretudo através das inquirições feitas junto aos habitantes do local das diferentes freguesias e vilas da Bahia, para saber se os habilitandos tinham pureza de sangue e cabedal suficiente para servir ao Santo Ofício, através deste material temos acesso à fala do povo, muitos da arraia-miúda, material riquíssimo que está a espera de mais e mais pesquisadores para estudar.

Você foi um dos pioneiros nos estudos biográficos sobre africanos escravizados, com seu livro *Rosa Egípcia: uma santa africana no Brasil*. Desde então, vários historiadores dedicaram-se a pesquisas com foco nos indivíduos, sobretudo os marginalizados. Como você enxerga, quase 20 anos após sua publicação, a febre que os estudos biográficos se tornaram na historiografia brasileira? Que perspectivas observa para esse tipo de abordagem?

As biografias, seja sobre as elites, burguesia ou sobre os desclassificados dependem fundamentalmente de fontes que tenham registrado a história, o cotidiano dessas pessoas que pertenceram a diferentes estamentos socioeconômicos. Obviamente que a elite deixou muito mais registros, mas particularmente através da documentação inquisitorial é possível reconstituir aspectos cruciais e com detalhes da biografia de escravos, libertos, afrodescendentes, até de africanos e índios, judeus, cristãos-novos, ciganos, etc. Minorias que se não fossem terem se tornado réus de algum delito “do conhecimento do Santo Ofício”, seja heresia, ou práticas heterodoxas na sexualidade, certamente teriam ficado fora da história, posto que muitos deles, eram analfabetos e sem nenhuma expressão social no seu tempo, a não ser o fato de terem se tornado réus da Inquisição. Destarte, considero que a existência de documentação farta que permita reconstruir biografias é o primeiro passo para a realização desses estudos, e o surpreendente é a real possibilidade de resgatar as histórias dessa população subalterna, dos desclassificados, sobretudo através das fontes inquisitoriais e episcopais, como as dispensas matrimoniais, os processos de *genere et moribus* a que deviam se submeter todos os seminaristas que aspirassem às ordens religiosas, sem falar também nos processos policiais ou civis, que registram o cotidiano dessas populações. Considero que tais biografias ou micro histórias são tão importantes quanto a história serial ou das elites, das nobiliarquias, já que reconstituem o quadro completo da estrutura social da época, fornecendo cada vez mais material empírico para as minorias resgatar o seu passado e servir de modelo, inclusive de orgulho na conquista da sua cidadania no mundo contemporâneo.

Em entrevista recente para a televisão, você afirmou que sua guinada em direção à História também se deveu a uma vontade de saber — uma vontade de historiar o preconceito contra práticas consideradas desviantes. De certo modo, portanto, a mesma consciência política que direcionou seu ativismo também serviu de guia para suas pesquisas. Como você encara essa relação entre ativismo e produção do conhecimento hoje nas universidades brasileiras, e sua incidência sobre as agendas de lutas por direitos e mudanças legais nos mais variados campos — movimentos LGBT, negros, indígenas, de mulheres, de descriminalização de drogas, entre outros?

Depois que saí do seminário, entrei no curso de Ciências Sociais na Universidade de São Paulo e foi quando conheci a literatura marxista e lendo a *Ideologia Alemã* de Marx, me tornei ateu, e com o tempo, um ateu militante, tanto que cheguei a fundar, nos inícios dos anos de 1980, o Grupo Ateísta Latino Americano. Foi através do Gramsci que eu me conscientizei da importância de me tornar um intelectual orgânico, e com o velho Durkheim, fundador da sociologia nos meados finais do século XIX, aprendi que a sociologia não merece uma hora de reflexão se não contribuir para a felicidade humana. Então eu sempre norteiei minhas pesquisas e trabalhos em antropologia e história, como uma possibilidade de colaborar com a felicidade humana. E, ao me tornar um gay assumido, aos 31 anos, em 1977, senti a necessidade de conhecer mais o histórico da minha própria tribo, passando a resgatar a biografia dos pioneiros e principais ícones gays, travestis e lésbicas na história do Brasil, já que continuavam ainda completamente escondidos debaixo do pano, ainda “no armário”, vítimas de um homofóbico complô do silêncio na sociedade heterossexista, hoje chamada de heteronormativa, e, que eu chamaria de “heterossexista”, que insistia em esconder a história dos homossexuais célebres, heterossexualizando personagens que na época viveram amores homoeróticos, demonizando lésbicas, travestis e gays do passado e do presente. Neste sentido, fiz grande parte das minhas pesquisas uma arma contra o preconceito, contra a ignorância, procurando ser o mais objetivo possível no sentido de não mostrar apenas o lado “cor de rosa” das biografias ou das vivências dos homossexuais de antigamente ou contemporâneos sobre os quais eu estudei. Sempre segui como lema das minhas pesquisas e da minha vivência enquanto humanista, dois princípios cruciais: a busca da verdade e da justiça. Esses foram os meus guias tanto na pesquisa quanto na vida social e política. De modo que algumas vezes, por ter sido fiel à busca da

verdade e da justiça, me indispus com certos modismos, sobretudo, no que se refere às minhas observações críticas ao movimento negro contemporâneo, ao qual critiquei certos equívocos, por exemplo, questionando que a Igreja Católica tivesse defendido que os negros não tinham alma, ou que todo mestiço, todo mulato é fruto da violência de uma macho branco contra uma mulher negra, assim como a visão rousseauniana da mama África como paraíso terrestre. Mais recentemente, tenho direcionado minhas críticas aos estudiosos LGBT, no mais das vezes usando a ironia como estratégia, questionando sobretudo os chamados teóricos *queer*, novo modismo acadêmico no Brasil e no exterior, na medida em que eu considero que a teoria *queer*, que em português significa teoria esquisita, ao prognosticar “a falência das afirmações identitárias”, está contribuindo para a alienação da população LGBT e sendo cúmplice da perpetuação da homofobia que faz o Brasil o campeão mundial de assassinatos de homossexuais. Ao demonstrar o dogmatismo *queer*, já que se tornou uma verdadeira religião por parte de seus aficionados que pugnam por substituir a heteronormatividade pela queernormatividade, ao criticar essas teorias enquanto um militante e intelectual orgânico, tenho sido boicotado, apedrejado, apontado como conservador e dinossauro. Mas eu tenho a convicção de que, a despeito de minhas limitações, meu lugar na História já está garantido e que “eles passarão e eu passarinho”.